

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.336 - DF (2019/0095870-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : D B DA S
ADVOGADOS : WILSON SAMPAIO SAHADE FILHO - DF022399
ALICE DIAS NAVARRO - DF047280
LECIR MANOEL DA LUZ - DF001671
AGRAVADO : C M L B
ADVOGADOS : CLÁUDIO DE CASTRO LOBO - DF032901
GUSTAVO LARA DE MELO - DF047465

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DIVÓRCIO. CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA ANTES DO MATRIMÔNIO. PARTILHA DAS COTAS SOCIAIS. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO CONFIGURADAS. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação do Tribunal local acerca da tese de direito suscitada, bem como sobre os elementos fáticos que não podem ser examinados, de plano, nesta instância especial. Omitindo-se a Corte de origem em se manifestar sobre questões fáticas relevantes, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência do art. 1.022 do CPC/2015, a fim de anular o acórdão recorrido para que o Tribunal *a quo* supra os vícios existentes.

2. Na hipótese, verifica-se que o Tribunal de origem, não obstante devidamente provocado, deixou de explicitar os contornos fáticos da questão jurídica a ser enfrentada por esta Corte Superior, a respeito da possível afronta aos arts. 141 e 492 do CPC/2015.

3. Agravo interno provido para conhecer do agravo a fim de dar provimento ao recurso especial, anulando-se o acórdão proferido em sede de embargos declaratórios, para que outro seja proferido e, assim, sanados os vícios constatados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, dar provimento ao agravo interno para

Superior Tribunal de Justiça

conhecer do agravo a fim de dar provimento ao recurso especial, anulando-se o acórdão proferido em sede de embargos declaratórios, para que outro seja proferido e, assim, sanados os vícios constatados, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator